

ATA DA 37ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

1 Aos vinte e um dias do mês de março de 2022, às 14h00min, foi realizada a **37ª**
2 **Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Política Urbana (CMPU)**, através do
3 aplicativo “Microsoft Teams” e transmitida ao vivo para a população em geral pelo
4 serviço de streaming, YouTube, disponibilizado no site do CMPU (Reuniões 2022), nos
5 termos da Portaria nº 17, complementada pela Portaria nº 19/2020/SMDU.G. **Pauta**
6 **do dia:** 1. Deliberação relativa ao Calendário aprovado na 36ª Reunião Extraordinária,
7 referente à revisão participativa intermediária do Plano Diretor Estratégico a partir das
8 contribuições oriundas das reuniões do GT – Portaria SMUL.ATECC.CMPU.001/2022. **1)**
9 O Presidente, Sr. Marcos Duque Gadelho, iniciou a reunião às 14h23min,
10 cumprimentando os Conselheiros; seguida pela posse da representante titular da
11 Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL), Sra. Helena Ladeira
12 Werneck, conforme Portaria nº 93/2022 (D.O.C. 17/03/2022); comunicou que a
13 consulta sobre as indicações da Câmara Técnica de Legislação Urbanística (CTLU) e da
14 Comissão de Proteção à Paisagem Urbana (CPPU) encontra-se em análise na
15 Assessoria Técnica e Jurídica da SMUL; informou que este assunto será item de pauta
16 da próxima reunião ordinária. **2)** Em seguida, a Conselheira titular do Conselho
17 Municipal de Trânsito e Transporte (CMTT), Sra. Sandra Ramalhos, indagou se haverá
18 a posse do Conselheiro Mauro Calliari; em réplica, a Secretária Executiva afirmou que
19 não, mas que poderá participar como convidado. **3)** Em relação ao primeiro item da
20 pauta, o Presidente afirmou estar completando 2 meses como Secretário de SMUL, e
21 se inteirou no período das demandas da Secretaria e da revisão do Plano Diretor
22 Estratégico (PDE); após dialogar com a equipe técnica, verificou-se que parte das
23 demandas trazidas pelos conselheiros são passíveis de serem incorporadas ao
24 processo, especialmente em relação ao diagnóstico; agradeceu aqueles que se
25 manifestaram sobre o assunto. **4)** Após o Conselheiro titular do MST Leste 1, Sr.
26 Edilson Henrique Mineiro, anunciar que realizará sua fala após a apresentação; a
27 palavra foi franqueada à Coordenadora de Planejamento Urbano (PLANURB), Sra.
28 Heliana Lombardi Artigiani, que relatou os eventos ocorridos nas 3 reuniões do Grupo
29 de Trabalho (GT) referente à revisão participativa intermediária do PDE: durante a
30 primeira reunião, foi apresentada uma carta enviada pela sociedade civil e
31 encaminhada para o gabinete da SMUL averiguar a possibilidade de seu atendimento;
32 na segunda reunião, foi apresentada uma proposta que, a seu ver, pouco divergia em
33 relação à solicitada na carta, mas que não abrangia a todos os quesitos, assim como foi
34 demandado que a presente reunião fosse adiada, razão pela qual foi realizada na
35 presente data; na terceira reunião, foi apresentada a proposta elaborada pela

36 assessora da SMUL, Sra. Patrícia Saran, composta por calendário e a apresentação de
37 diagnóstico que, quando finalizado, iniciarão as oficinas com a população; este
38 calendário foi encaminhado no material da presente reunião e será objeto de
39 discussão. **5)** Em complemento, o Presidente afirmou que o material elaborado
40 também foi produto das reuniões realizadas no gabinete da SMUL, de forma
41 presencial e remota, que colaborou com o rumo da proposta, agradecendo aos que
42 participaram. **6)** Em continuidade à exposição, a assessora da SMUL, Sra. Patrícia
43 Saran, manifestou sua gratidão ao Secretário pelo convite para retornar à SMUL, a fim
44 de reorganizar a discussão pública em torno da revisão do PDE, com o intuito de
45 promover uma agenda eminentemente inclusiva e atender às reivindicações do CMPU;
46 afirmou que está se apropriando de todas as discussões pregressas e, alicerçada nesse
47 contexto, elaborou um novo calendário fundamentado no diagnóstico desenvolvido
48 pela PLANURB, a partir do qual se dará início à revisão participativa; acerca do
49 calendário, destacou que a estruturação das reuniões visa contemplar os diversos
50 segmentos, temas e territórios; o documento apresentado refere-se à primeira etapa,
51 com a intenção de que o processo seja construído conforme seu desenvolvimento,
52 adaptando-se à recepção dos envolvidos, de modo a direcionar adequadamente os
53 esforços; salientou que, neste primeiro momento, o objetivo é reunir os 32 Conselhos
54 Participativos Municipais (CPM), representativos dos territórios, para informá-los
55 sobre o PDE, a revisão, a escala e o cronograma, possibilitando a participação dos
56 interessados; em seguida, detalhou os seguintes itens:

- 57 14/mar Reunião GT CMPU: Debate sobre a proposta de Cronograma da Participação
- 58 Social - Etapa 1
- 59 21/mar: Extraordinária CMPU, Deliberação sobre o Cronograma da Etapa 1
- 60 06/abr: Reunião Virtual noturna com os Representantes dos 32 Conselhos
- 61 Participativos Municipais
- 62 11/abr: Abertura da 1ª Consulta Pública Participe+ (41 dias), Apresentação do
- 63 Diagnóstico, Identificação dos Limites da Revisão e Temas Prioritários / Contribuições
- 64 14/abr: Reunião Ordinária do CMPU, Apresentação do Diagnóstico
- 65 25/abr: Audiência Temática virtual noturna, Ordenamento Territorial: Instrumentos de
- 66 Ordenamento e Reestruturação Urbana e do Direito de Construir
- 67 27/abr: Audiência Temática virtual noturna, Mobilidade Urbana: Objetivos Setoriais,
- 68 Elementos Constituintes, Planos e Ações prioritárias Inclui Fundurb Setorial ?
- 69 28/abr: Audiência Temática virtual noturna, Habitação Social e Política Fundiária:
- 70 Instrumentos da Função Social da Propriedade, de Regularização Fundiária e do Direito
- 71 de Construir (inclui tema áreas de risco)
- 72 30/abr: 02 (duas) Oficinas presenciais + YouTube, Perus, Pirituba/ Jaraguá, Freguesia/
- 73 Brasilândia, Casa Verde/ Cachoeirinha; Santana/ Tucuruvi, Jaçanã/ Tremembé, Vila
- 74 Maria/ Vila Guilherme;
- 75 02/mai: Audiência Temática virtual noturna, Desenvolvimento Econômico Sustentável:
- 76 Objetivos Setoriais, Elementos Constituintes, Planos e Ações Prioritárias nas Zonas
- 77 Urbana e Rural
- 78 03/mai: Reunião Virtual vespertina, Segmento Empresarial

- 79 04/mai: Audiência Temática virtual noturna, Meio Ambiente e Mudanças Climáticas:
80 Instrumentos de Gestão Ambiental nas Zonas Urbana e Rural
81 05/mai: Reunião Virtual vespertina, Segmento Movimentos Populares
82 06/mai: Reunião CIMPDE
83 07/mai: 02 (duas) Oficinas presenciais + YouTube, Penha, Mooca, Aricanduva/
84 Formosa/ Carrão, Vila Prudente; Sapopemba, São Mateus, Itaquera, Cidade
85 Tiradentes;
86 10/mai: Audiência Temática virtual noturna, Desenvolvimento Econômico
87 Sustentável: Objetivos Setoriais, Elementos Constituintes, Planos e Ações Prioritárias
88 nas Zonas Urbana e Rural
89 11/mai: Reunião Virtual vespertina, Segmento Acadêmico / Entidades de Classes
90 12/mai: Audiência Temática virtual noturna, Desenvolvimento Social, Sistema de
91 Equipamentos e Segurança Alimentar: Objetivos Setoriais, Elementos Constituintes,
92 Planos e Ações Prioritárias
93 14/mai: 02 (duas) Oficinas presenciais + YouTube, Lapa, Sé, Pinheiros, Butantã; Vila
94 Mariana, Ipiranga, Jabaquara, Santo Amaro;
95 16/mai: Audiência Temática virtual noturna, Patrimônio e Políticas Culturais:
96 Instrumentos de Proteção ao Patrimônio Cultural
97 17/mai: Audiência Temática virtual noturna, Gestão Democrática e Sistema de
98 Planejamento: Elementos do Sistema, Instâncias e Instrumentos de Participação
99 Social, Fundurb e Monitoramento do PDE
100 18/mai: Audiência Temática virtual noturna, Instrumentos de Política Urbana e Gestão
101 Ambiental: Grupos de Instrumentos
102 20/mai: Reunião CIMPDE
103 21/mai: 02 (duas) Oficinas presenciais + YouTube, Ermelino Matarazzo, São Miguel,
104 Itaim Paulista, Guaianases; Campo Limpo, M'Boi Mirim, Cidade Ademar, Capela do
105 Socorro, Parelheiros;
106 22/mai: "Encerramento da 1ª Consulta Pública Participe+"
- 107 **7)** Na sequência, foi apresentada uma questão de ordem pelo conselheiro titular do
108 MST Leste 1, Sr. Edilson Henrique Mineiro, propondo a suspensão da votação do
109 cronograma na presente data, a fim de permitir a continuidade dos debates antes de
110 ser levado à deliberação; considerou que há aspectos que podem ser mais bem
111 discutidos e incorporados à minuta participativa, caso o debate ocorra nas 32
112 subprefeituras, proporcionando um contato mais próximo com a realidade do
113 território; o conselheiro referenciou a Resolução 34 do Conselho das Cidades, que
114 prevê reuniões participativas em todos os locais da cidade; e, embora reconheça o
115 esforço notável da Prefeitura para realizar reuniões virtuais, considerou essa
116 abordagem insuficiente; observou que a Prefeitura está buscando ampliar a
117 participação, mas sugeriu que deveria haver mais espaço para discutir a metodologia e
118 os prazos, algo que só poderia ser feito se o cronograma não fixasse de forma
119 definitiva as etapas; o conselheiro sugeriu que, no prazo de 10 a 15 dias, seria possível
120 realizar as atividades; e talvez fosse viável agendar a próxima reunião do CMPU para
121 deliberar sobre a nova proposta, após a realização das atividades presenciais; em
122 resposta, o presidente afirmou que o calendário reflete uma reformulação do

123 cronograma e sua não votação poderia comprometer os prazos estabelecidos;
124 explicou que não lhe cabe realizar alterações; mas se comprometeu a sugerir
125 modificações nas datas, caso necessário; em tréplica, o conselheiro titular do MST
126 Leste 1 afirmou que a sugestão está clara; e propôs que o debate continuasse,
127 interpretando que sua questão de ordem não necessariamente invalidava o
128 posicionamento do presidente. **8)** Em seguida, a conselheira titular da Sociedade
129 Amigos do Planalto Paulista (SAPP), Sra. Lucila Falcão Pessoa Lacreta, concordou com a
130 proposta do conselheiro titular do MST Leste 1; ao analisar o calendário, notou que
131 constam temas complexos, o que torna necessário que seja explicado nas
132 subprefeituras e ouvir o que a população local tem a dizer; observou que o material
133 recebido previamente divergia do apresentado; em réplica, à secretária executiva
134 informou que a proposta enviada originalmente estava com erro material, e foi
135 enviada uma errata na sexta-feira, mas a diferença era que havia duas abas no
136 documento: na primeira constava o descritivo dos eventos e na segunda um
137 calendário destacando o dia dos eventos e seu nome, e foi identificado que haviam
138 datas na segunda aba que não constava na aba descritiva, que foram corrigidos no
139 segundo e-mail; em réplica, a conselheira titular da SAPP confirmou o recebimento do
140 segundo e-mail, mas que não conseguiu identificar como apresentado; indagou a
141 diferença do conteúdo que será apresentado sobre o diagnóstico do PDE, previsto
142 para o dia 11 de abril, em comparação ao previsto para o dia 14. **9)** Na sequência, o
143 Conselheiro titular da Associação dos Ciclistas Urbanos de São Paulo (CICLOCIDADE),
144 Sr. José Antonio Chinelato Zagato, lembrou que o regimento interno vigente do
145 CMPU data de 2003 e que suas regras não correspondem à atual realidade do órgão;
146 essa discrepância o preocupa, pois acredita que a regulamentação deveria preceder
147 outros temas discutidos no CMPU; ele informou que houve reuniões do GT para
148 revisão do regimento interno, mas não foram convocados novos encontros desde
149 então; solicitou que não sejam realizadas novas reuniões do CMPU até que o novo
150 regimento seja implementado; observou que a não disponibilização do material da
151 reunião no SEI, seguindo a lógica processual de deliberação do CMPU, prejudica seu
152 funcionamento e poderia ter sido evitada caso o regimento estivesse atualizado; sobre
153 o calendário, considerou curto o prazo entre as reuniões propostas, levando em conta
154 o tempo necessário para que os conselheiros se manifestem; ressaltou que estes não
155 atuam de forma remunerada, ao contrário dos servidores do poder público; esse
156 aspecto também foi discutido no GT, uma vez que houve reuniões marcadas para às
157 17h, horário que, segundo ele, impede a ampla participação. **10)** Em réplica, a
158 assessora Patrícia esclareceu que a intenção de regionalizar o debate para as 32
159 subprefeituras visa captar contribuições locais, apresentando o cenário do PDE e sua
160 revisão em cada região; nessas localidades, ocorrerá inicialmente uma apresentação
161 geral do PDE e sua abrangência, seguida por oficinas específicas em salas dedicadas de
162 cada região, onde serão discutidos os impactos dos instrumentos do PDE no território
163 local; expressou seu pesar pela necessidade de enviar o e-mail com a errata e

164 assegurou que as reuniões previstas do CMPU cumpriram os prazos legais
165 estabelecidos para o envio de material; em relação à consulta das datas, garantiu que
166 qualquer material não disponibilizado no endereço eletrônico da revisão a tempo será
167 encaminhado por e-mail aos conselheiros; enfatizou que a estratégia de horários e
168 dias distintos tem o propósito de atender às diversas restrições de acesso, além de
169 ressaltar que as reuniões serão gravadas e disponibilizadas posteriormente, e os
170 eventos servirão como espaço para divulgar os próximos passos e os canais de
171 contribuição online, que permanecerão abertos até o encerramento desta etapa. **11)**
172 Na sequência, a Conselheira titular do CPM da Macrorregião Sul 2, Sra. Wellyene
173 Gomes Bravo, interpelou se captou com precisão que as oficinas regionalizadas,
174 planejadas para a etapa 2 do processo de revisão do PDE, foram antecipadas para a
175 etapa inaugural. Ela ressaltou a relevância da proposta do Conselheiro titular do MST
176 1, que demanda uma ponderação mais acurada sobre a deliberação do calendário,
177 dado que não houve prévia discussão no GT acerca do material a ser empregado nas
178 oficinas e sobre a configuração da participação social, aspectos que deveriam ser
179 esclarecidos previamente à sua aplicação junto à sociedade civil. **12)** Em seguida, o
180 Conselheiro titular do Instituto Inácio Monteiro, Sr. José André de Araújo, enfatizou
181 que, se as oficinas estão previstas, estas não ostentarão o caráter de audiências
182 públicas. Quanto à dimensão territorial, observou que foram amalgamadas
183 subprefeituras distantes e heterogêneas em sua realidade, o que, em sua ótica, reflete
184 um esforço em reunir numericamente em vez de logicamente. Ele expressou sua
185 discordância em relação à realização de oficinas em detrimento de audiências
186 públicas, destacando também as vicissitudes de acesso nos locais que acolhem
187 subprefeituras distantes; Ademais, questionou sobre os horários previstos que não
188 foram especificados e se há algum responsável pela revisão do material, pois este foi
189 enviado com erro. Apontou a ausência de sequencialidade no material fornecido e
190 indagou sobre a finalidade da reunião virtual noturna para os 32 CPMs e como ela
191 concorrerá para o diagnóstico. Por fim, referindo-se à declaração do Presidente de que
192 não pode decidir, questionou a quem cabe à responsabilidade de tomar decisões; em
193 réplica, o Presidente alegou que pode formular propostas ao Prefeito e é este quem
194 deve submeter à proposta à Câmara Municipal. **13)** Na sequência, o Conselheiro titular
195 do CPM da Macrorregião Sul 1, Sr. Durval Tabach, reiterou a questão de ordem
196 levantada pelo Conselheiro titular do MST 1; elogiou a proposta de iniciar as
197 discussões da primeira etapa antes de avançar para as subsequentes, contudo,
198 expressou sua perplexidade quanto ao número e natureza exata de tais etapas, bem
199 como seus objetivos parciais; considerou crucial obter tal clareza antes de deliberar
200 sobre o calendário.; sublinhou a ausência de um diagnóstico abrangente sobre o PDE e
201 sugeriu que o processo participativo deveria preceder qualquer votação; por esta
202 razão, propôs que fosse inicialmente apresentado o diagnóstico, seguido pela
203 definição do número e objetivos de cada etapa, para só então ser votado o calendário
204 das atividades; além disso, ressaltou a importância de debater o conteúdo e os

205 formatos das oficinas, a fim de determinar sua quantidade e abrangência. **14)** Em
206 seguida, a assessora de SMUL informou que foram considerados os critérios
207 pactuados entre sociedade civil e poder público, como a definição dos limites e temas,
208 a elaboração de diagnóstico e a formulação de propostas; destacou que a intenção da
209 deliberação é iniciar o diálogo e, a partir de seu desenvolvimento, poderá ser decidido
210 quais rumos deverão ser tomados nas etapas seguintes, avaliar o tamanho da agenda
211 e onde concentrarão esforços; ressaltou que não é possível todo o processo contar
212 com a abertura de propostas, por se tratar de uma etapa do processo; a respeito do
213 diagnóstico, informou-se que está em fase de elaboração e prevê-se que seja
214 concluído até o final de março; a partir desse ponto, dar-se-á início à consulta pública,
215 bem como às audiências que poderão complementar o diagnóstico; ressaltou que o
216 início do processo não implica em encurtá-lo, ao contrário, à medida que avança, este
217 incorporará as contribuições recebidas ao longo de sua execução; informou que a
218 consulta pública permanecerá aberta por 40 dias, durante os quais aqueles que
219 participarem das atividades mas não puderem contribuir naquele momento terão a
220 oportunidade de fazê-lo até o encerramento do prazo; quanto à metodologia das
221 oficinas, que estão programadas para o final de abril, será elaborada nas reuniões do
222 GT, mas é imperativo iniciar as atividades; no tocante ao agrupamento das
223 subprefeituras, salientou a notável dimensão e diversidade da cidade, tornando
224 indispensável que as reuniões virtuais sejam gravadas e disponibilizadas, a fim de
225 avaliar comparativamente os desafios enfrentados pelas subprefeituras próximas;
226 destacou que, dado o caráter complexo e vasto da cidade, qualquer critério de
227 agrupamento inevitavelmente resultará na exclusão de algumas áreas, portanto, ao
228 agrupá-las, buscar-se-á evidenciar suas diversidades e, possivelmente, ajudar a
229 população a expor questões que possam não ser evidentes em sua própria região; em
230 réplica, o Conselheiro titular do Instituto Inácio Monteiro, Sr. José André de Araújo,
231 observou que, seguindo tal lógica, a única forma de reunir todas as áreas seria
232 abranger toda a cidade, mas ressaltou a distância física entre as subprefeituras e as
233 dificuldades de acesso; em tréplica, a assessora da SMUL ponderou sobre a
234 necessidade de realizar a reunião com os CPMs, que servem como a ligação entre a
235 sociedade civil e o território, desempenhando um papel de multiplicadores, por
236 consequente, é imprescindível capacitá-los à luz da política urbana; além disso,
237 enfatizou-se a urgência de iniciar o processo, pois postergar sua implementação
238 significaria adiar a exposição do diagnóstico à sociedade e corrigir a trajetória de
239 implementação do PDE. **15)** Em sequência, a Conselheira titular do CPM da
240 Macrorregião Leste 1, Sra. Elodia Fátima Filippini, compartilhou sua vivência durante
241 uma internação hospitalar, na qual constatou a ausência de conhecimento por parte
242 dos funcionários sobre o PDE e sua revisão; durante suas conversas, percebeu uma
243 lacuna informativa que poderia ser preenchida; destacou ainda um diálogo produtivo
244 com a responsável pela rede hospitalar, que demonstrou interesse em promover uma
245 discussão sobre a revisão do PDE em um evento no auditório da instituição; salientou a

246 falta de conhecimento generalizada entre a população sobre o tema, mencionando a
247 existência de audiências públicas, oficinas e consultas, porém, pouco difundidas;
248 propôs uma abordagem mais incisiva por parte da Prefeitura, sugerindo a veiculação
249 de mensagens em horário nobre, utilizando uma linguagem acessível e a elaboração
250 de uma cartilha explicativa sobre o PDE, sua revisão e os impactos na vida dos
251 cidadãos, especialmente aqueles residentes em áreas periféricas; destacou ainda suas
252 tentativas de conscientização por meio de palestras nos CPMs, reconhecendo, no
253 entanto, a limitação em alcançar um número significativo de pessoas; relatou também
254 sua experiência no bairro do Sacomã, onde observou as dificuldades enfrentadas pela
255 população para exercer seu direito de voto; por fim, expressou sua preocupação com o
256 término iminente do mandato do CPM ao final de março, sem clareza sobre os
257 próximos passos a serem tomados. **16)** Na sequência, o Conselheiro titular da
258 Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), Sr.
259 Nabil Georges Bonduki, endossou a manutenção da questão de ordem proposta pelo
260 Conselheiro titular do MST 1, destacando que a Prefeitura e a sociedade civil ainda não
261 alcançaram um consenso sobre o processo de revisão, o que pode gerar
262 questionamentos futuros; como relator de dois Planos Diretores Estratégicos (PDEs),
263 enfatizou a importância de um processo participativo que promova o entendimento
264 entre a sociedade civil, o poder legislativo e o Ministério Público (MP); observou
265 avanços no diálogo iniciado neste ano, demonstrando a intenção de atender às
266 demandas levantadas pela sociedade civil; propôs que o calendário apresentado, de 6
267 a 14 de março, marcasse o início das discussões, e sugeriu a realização de uma reunião
268 extraordinária antes da semana seguinte para definir uma proposta intermediária de
269 calendário; quanto à dimensão territorial, reconheceu a vantagem da proximidade das
270 reuniões nas subprefeituras com os moradores, mas ressaltou a importância de
271 considerar as condições de deslocamento das pessoas até esses locais; lembrou que o
272 CMPU aprovou, na última reunião de dezembro, a prorrogação por um ano da revisão
273 do PDE, com possibilidade de extensão por mais um ano, baseada em uma avaliação
274 técnica sobre o tempo necessário para o debate; sugeriu que o CMPU solicitasse
275 uma reunião com o Prefeito e o Presidente da Câmara Municipal para concluir o
276 processo participativo de maneira satisfatória, com uma votação substantiva e sem
277 judicialização; questionou o encerramento do prazo em julho, considerando que os
278 três meses que antecedem as eleições tendem a não ser produtivos na Câmara
279 Municipal, a menos que o processo participativo seja concluído; por fim, enfatizou que
280 o tempo adicional permitido pela prorrogação contribuirá para elaborar uma proposta
281 final mais consistente e que, diante das determinações do PDE, especialmente aquelas
282 que não foram cumpridas, alguns meses a mais não farão diferença. **17)** Em réplica, o
283 Presidente afirmou que parte do princípio de buscar uma proposta sólida, sem
284 desconsiderar os ritos participativos; ressaltou que não há um Plano pronto, pois a
285 intenção é construí-lo, comprometendo-se a seguir esse caminho; destacou que
286 manterá a proposta do calendário da primeira fase apresentado e que é imperativo

287 avançar com os trabalhos; quanto a possíveis judicializações, afirmou que fará o
288 possível para superá-las. **18)** Na sequência, a Conselheira titular da SAPP, Sra. Lucila
289 Falcão Pessoa Lacreta, propôs que as oficinas fossem realizadas antes das audiências
290 temáticas, as quais ocorrerão após o término da audiência pública, pois, em sua visão,
291 essa sequência prejudicaria a população. **19)** Em seguida, o Conselheiro suplente da
292 Macrorregião Norte 2, Sr. Francisco João Moreirão de Magalhães, compartilhou sua
293 experiência da manhã na oficina da macrorregião norte para elaboração da PLOA, um
294 tema que considerou essencial para os CPMs; mencionou que a oficina, composta por
295 7 ou 8 CPMs, teve apenas sua presença além dos técnicos da Prefeitura; a partir desse
296 relato, destacou que a proposta de reunir subprefeituras durante o horário comercial
297 tenderá a atrair poucos participantes; propôs que o horário seja alterado e que os
298 eventos ocorram separadamente por subprefeitura, mesmo que estas possuam suas
299 diferenças internas, dado que a população está mais acostumada a se envolver
300 diretamente com suas respectivas subprefeituras; sobre o modelo de oficina, ele não o
301 considerou ideal e compartilhou uma experiência anterior com uma plenária
302 organizada pela sociedade civil, na qual tiveram participantes de todas as áreas da
303 cidade; nessa ocasião, apenas determinar claramente os objetivos resultou em
304 diversas contribuições relevantes para o PDE, demonstrando que os cidadãos possuem
305 conhecimento derivado de suas experiências de vida, o que pode enriquecer o
306 diagnóstico; além disso, defendeu a necessidade de uma ampla campanha de
307 divulgação do processo participativo; propôs que o calendário não seja deliberado de
308 imediato, pois é preferível iniciar o processo de forma mais sólida para evitar muitas
309 alterações ao longo do caminho; quanto ao prazo, considerou que não há risco, uma
310 vez que o Ministério Público concordou com a prorrogação e está mais preocupado
311 com a qualidade do processo; além disso, apontou que, com a aproximação das
312 eleições, é provável que o processo seja interrompido em sua tramitação legislativa.
313 **20)** Em réplica, a assessora da SMUL fez um resgate histórico da evolução da
314 participação social no contexto do Plano Diretor Estratégico (PDE), destacando que,
315 anteriormente, os instrumentos de participação eram limitados ao regramento do
316 Estatuto da Cidade; no entanto, com a instituição de um capítulo específico no PDE
317 vigente desde 2014, estabeleceram-se prazos mínimos e normativas mais robustas
318 para a participação cidadã; essa evolução, segundo ela, tem sido evidenciada pela
319 presença de novas ferramentas que permitem feedbacks mais efetivos e fortalecem os
320 debates; a assessora também abordou a questão do monitoramento mais rigoroso do
321 processo participativo pelo poder judiciário, destacando que os questionamentos
322 judiciais indicam um maior escrutínio nessa área; quanto à divulgação do processo,
323 ressaltou a importância de estabelecer datas com antecedência para permitir uma
324 mobilização eficaz; justificou o prazo proposto para abril, mencionando a inadequação
325 de agendas participativas em períodos próximos a feriados, sugerindo que algumas
326 atividades poderiam ser programadas para os finais de semana, como os sábados, para
327 facilitar a participação da população. **21)** Antes de dar início à votação da proposta, o

328 Conselheiro titular do Instituto Inácio Monteiro, Sr. José André de Araújo, levantou a
329 questão acerca do término dos mandatos dos CPMs no final de março e questionou
330 como serão conduzidas as reuniões com esses conselhos diante desse cenário;
331 também solicitou esclarecimentos sobre o horário das oficinas, sugerindo que ocorram
332 durante a noite, e indagou se os eventos organizados por macrorregiões estão
333 mantidos; em réplica, a assessora da SMUL afirmou que está em diálogo com a
334 Secretaria Municipal das Subprefeituras para buscar a melhor alternativa nesse
335 contexto; destacou que os conselheiros eleitos representam um grupo já mobilizado e,
336 portanto, talvez possam ser nomeados de outra forma; o foco principal é garantir a
337 participação dos representantes locais, mesmo que a divulgação do diagnóstico ainda
338 não tenha ocorrido; sobre a data das oficinas, esclareceu que poderão ocorrer durante
339 a manhã ou à tarde de sábado, mas não estão previstas para o período noturno; em
340 tréplica, o Conselheiro Titular do Instituto Inácio Monteiro questionou como será feita
341 a sistematização das contribuições da sociedade civil e o tratamento dos documentos
342 gerados, bem como como o CMPU irá monitorar os eventos; em resposta, a assessora
343 da SMUL assegurou que todas as propostas trazidas pela sociedade civil serão
344 devidamente registradas em ata e em um documento de contribuições, conforme
345 procedimento adotado em outros processos participativos; após o encerramento das
346 audiências, o PDE estabelece um prazo de 20 dias para a publicação desses
347 documentos; a SMUL compromete-se a registrar e publicar as contribuições,
348 enquanto a equipe técnica ficará responsável por sistematizá-las e avaliar seu impacto
349 na revisão; no entanto, a publicação das contribuições está prevista para ocorrer ao
350 término da primeira etapa. **22)** Em seguida, a Conselheira titular do CPM da
351 Macrorregião Leste 1, Sra. Elodia Fátima Filippini, questionou se o término de seu
352 mandato no CPM acarretaria automaticamente o encerramento de seu mandato no
353 CMPU; em réplica, a assessora da SMUL, Sra. Patrícia Saran, explicou que os conselhos
354 possuem prazos de duração distintos; no entanto, como o CPM está previsto no PDE, é
355 possível que seja necessária uma modulação para garantir a continuidade do conselho
356 de representantes, caso contrário, poderia ocorrer a vacância em vários conselhos, e
357 este é um assunto em discussão entre as secretarias envolvidas. **23)** Na sequência, o
358 Eminentíssimo Conselheiro titular do CPM da Macrorregião Sul 1, Sr. Durval Tabach,
359 observou que diversos conselheiros manifestaram-se contrariamente à proposta,
360 enquanto nenhum favorável se pronunciou; tal fato motivou-o a solicitar que aqueles
361 que votassem a favor justificassem sua decisão; ademais, propôs que fosse submetida
362 à votação a sugestão do Conselheiro titular da FAUUSP, concernente ao calendário
363 abarcar apenas as primeiras reuniões; em réplica, o Presidente esclareceu que a
364 proposição do Conselheiro titular da FAUUSP já havia sido abordada anteriormente e
365 que o calendário original permanecerá inalterado; Entretanto, ressaltou que, dentro
366 de uma nova abordagem, o calendário será revisado nas demais etapas, uma vez que a
367 proposta em pauta abrange exclusivamente a primeira fase do processo; por fim,
368 assegurou que os presentes que optarem pelo voto favorável estejam à vontade para

369 se manifestar. **24)** Em regime de votação, foi deliberado favoravelmente a proposta de
370 Calendário da primeira etapa da revisão participativa intermediária do PDE, por **30**
371 **votos favoráveis**, a saber: **SMUL1**, Rosane Cristina Gomes (Titular); **SMUL2**, Heliana
372 Lombardi Artigiane (Titular); **SMUL3**, Helena Ladeira Werneck (Titular); **SGM1**, Tatiana
373 Regina Rennó Sutto (Suplente); **SGM2**, Tarcila Peres (Titular); **SMJ**, Maria Lucia Palma
374 Latorre (Suplente); **SF**, Claudia Bice Romano (Suplente); **SMSUB**, Rode Felipe Bezerra
375 (Suplente); **SMDHC**, Juliana Felicidade Armede (Suplente); **SEHAB**, Elisabete França
376 (Suplente); **SMT**, Michele Perea Cavinato (Suplente); **SIURB**, Marcos Monteiro (Titular);
377 **SVMA**, Tamires Carla de Oliveira (Suplente); **SMC**, Antonia Soares André de Souza
378 (Suplente); **SMDET**, Aline Pereira Cardoso de Sá Barabinot (Titular); **SMIT**, Lilaine
379 Aparecida Bertolucci Sobral (Suplente); **SP-URBANISMO**, Larissa Garcia Campagner
380 (Titular); **COHAB**, Jully Karylin de Carvalho Silva (Suplente); **Prefeituras Regionais**
381 **Macrorregião Norte 1**, Luiz Fernando Sapun (Suplente); **Prefeituras Regionais**
382 **Macrorregião Norte 2**, Luciana Torrales Ferreira (Titular); **Prefeituras Regionais**
383 **Macrorregião Oeste**, Renato Astorino (Suplente); **Prefeituras Regionais Macrorregião**
384 **Centro**, Rodolpho Furlan Domingues (Suplente); **Prefeituras Regionais Macrorregião**
385 **Leste 1**, Danilo Antão Fernandes (Titular); **Prefeituras Regionais Macrorregião Sul 1**,
386 Adinilson José de Almeida (Titular); **Prefeituras Regionais Macrorregião Sul 2**, João
387 Paulo Lo Prete (Titular); **SECOVI-SP**, Márcio Jeha Chede (Titular); **SINDUSCON-SP**,
388 Sérgio Garrido Cincurá (Suplente); **SINAENCO**, Eduardo Sampaio Nardelli (Titular);
389 **ACSP**, Beatriz Messeder Sanches Jalbut (Titular); e **CMH**, Violêta Saldanha Kubrusly
390 (Suplente); **14 contrários**, a saber, **CPM da Municipal Macrorregião Norte 2**, Francisco
391 João Moreirão de Magalhães (Suplente); **CPM da Macrorregião Oeste**, Maurício
392 Ramos de Oliveira (Titular); **CPM da Macrorregião Centro**, Stela de Camargo Dalt
393 (Titular); **CPM da Macrorregião Leste 1**, Elodia Fátima Fillipni (Titular); **CPM da**
394 **Macrorregião Sul 1**, Durval Tabach (Titular); **CPM da Macrorregião Sul 2**, Wellyene
395 Gomes Bravo (Titular); **Assoc. Trab. Sem Teto Noroeste**, Julieta Aparecida Tolentino de
396 Abraão (Titular); **Instituto Inácio Monteiro**, José André de Araújo (Titular); **SAPP**, Lucila
397 Falcão Pessoa Lacrete (Titular); **Instituto Gaspar Garcia**, Juliana Lemes Avanci
398 (Suplente); **Mackenzie**, Viviane Manzione Rubio (Titular); **FAUUSP**, Nabil Georges
399 Bonduki (Titular); **CICLOCIDADE**, José Antônio Chinelato Zagato (Titular); e **CMTT**,
400 Sandra Ramalhão (Titular); **1 abstenção**, a saber: **IAB-SP**, Renato Luiz Sobral Anelli
401 (Suplente); **3 ausentes**, a saber: **Prefeituras Regionais Macrorregião Leste 2**, Lucas
402 Santos Sorrillo (Titular); **MST Leste 1**, Edilson Henrique Mineiro (Titular); e **AAHJB**,
403 Edenilda das Neves Carneiro Souza (Titular); **registraram seus votos: SVMA (suplente)**,
404 voto favorável, frente ao compromisso apresentado de levar todas as questões
405 trazidas ao Prefeito e por saber dos desafios em lidar com prazos curtos, mas acredita
406 ser possível reorganizar a proposta conforme seu avanço; **SMDET (titular)**, voto
407 favorável, por compreender a necessidade de avançar com a revisão do PDE, que
408 permitirá a geração de emprego na periferia; **CPM da Macrorregião Sul 1** (titular),
409 voto contrário, mas votaria favorável se fosse apresentada a proposta do Conselheiro

410 titular da FAUUSP; **CPM da Macrorregião Sul 2 (titular)**, voto contrário, e apontou que
411 fala da Conselheira titular da SMDET em reunião passada foi favorável a extensão do
412 prazo do PDE, pois a Secretaria somente conseguiria apresentar um relatório em
413 agosto, e apressar o processo atualmente compromete a participação da sociedade
414 civil; **Assoc. Trab. Sem Teto Noroeste (titular)**, voto contrário, por ser sensível a
415 participação popular; **Instituto Inácio Monteiro (titular)**, voto contrário, por
416 considerar uma votação nula, por não ter sido encaminhada outra proposta pelo
417 Presidente, assim como a apresentada não privilegia participação popular e “há
418 vácuos”; **SAPP (titular)**, voto contrário, por aguardar o encaminhamento das novas
419 sugestões da SMUL; **SINAENCO (titular)**, voto favorável, por estar de acordo com a
420 proposta encaminhada pela Secretaria e pelos argumentos apresentados pelo
421 Presidente; **ACSP (titular)**, voto favorável, em razão do processo estar sendo discutido
422 desde o ano anterior, e ter passado por um processo participativo, com reuniões
423 temáticas; considerou superado o processo de revisão e metodologia, que somente
424 houveram duas contribuições; **IAB-SP (suplente)**, se absteve, por declarar que votaria
425 caso a proposta do Conselheiro titular da FAUUSP tivesse sido apresentada;
426 **Mackenzie (titular)**, voto contrário, por se mostrar cansada da constantes demanda,
427 desde o ano anterior, de que o processo não ocorra de forma apressada e fosse
428 prorrogado o prazo, e por não considerar viável que o diagnóstico seja analisado no
429 prazo estabelecido; **FAUUSP (titular)**, voto contrário, por não ter sido votada sua
430 proposta e aguardar que a Secretaria consiga contemplar as questões levantadas na
431 presente reunião, em busca de um entendimento futuro comum; **CICLOCIDADE**
432 **(titular)**, voto contrário, por não parecer que participação efetiva corresponda a
433 “palavras amenas que não mudam em nada o certo e o mérito de uma discussão”,
434 afirmou observar ter ocorrido uma votação do poder público de forma coesa e alheia
435 às reivindicações da sociedade civil, que expressam haver um simulacro de
436 democracia; e **CMTT (titular)**, voto contrário, por observar que seu segmento
437 desconhece o processo em discussão, e que pode haver melhorias. **25)** Encerrada a
438 votação, o Presidente anunciou que está iniciando uma nova fase de entendimentos,
439 apesar da votação não ter sido totalmente como desejado, pois, ainda há posições
440 diferentes; considerou que houve um bom encaminhamento e o calendário deliberado
441 poderá ser ajustado em busca do interesse comum de elaborar a revisão do PDE;
442 agradeceu a participação do colegiado e encerrou a reunião às 16h36min.

Entidades/Membros (11) Ausentes: Sociedade Civil: Conselho Participativo Municipal Macrorregião Norte (1); Conselho Participativo Municipal Macrorregião Leste (2); Movimento de Moradia (2); Movimento de Moradia (4); Associações de Bairros (4); Entidades Sindicais; Movimentos Ambientalistas (1); Movimentos Ambientalistas (2); Movimentos Culturais; Entidades Religiosas; Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável/ **Órgãos Estaduais e Intermunicipais:** Secretaria de Estado da Habitação; Secretaria de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente de São

Paulo (1) / Consórcio Intermunicipal de Municípios do Grande ABC da Região Metropolitana de São Paulo; Consórcio Intermunicipal de Municípios da Região Sudoeste de São Paulo; Consórcio Intermunicipal dos Municípios da Bacia Alto Juqueri; Consórcio Intermunicipal da Região Oeste Metropolitana de São Paulo; Consórcio de Desenvolvimento dos Municípios do Alto Tietê.

PRESIDÊNCIA

MARCOS DUQUE GADELHO
PRESIDENTE

ROBERTO AUGUSTO BAVIERA
PRESIDENTE SUPLENTE

JOSÉ ARMENIO DE BRITO CRUZ
PRESIDENTE SUPLENTE

APOIO
SECRETÁRIA EXECUTIVA DO CMPU

TALITA VEIGA CAVALLARI FONSECA
SECRETÁRIA EXECUTIVA

ENTIDADES PRESENTES
ORGÃOS MUNICIPAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO (1)

ROSANE CRISTINA GOMES
TITULAR

MARIA FERNANDA PENHA MACHADO
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO (2)

HELIANA LOMBARDI ARTIGIANE
TITULAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO (3)

HELENA LADEIRA WERNECK
SUPLENTE

MARCELO HENRIQUE HANEDA PEREIRA
TITULAR

SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL (1)

TATIANA REGINA RENNÓ SUTTO
SUPLENTE

SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL (2)

TARCILA PERES
TITULAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE JUSTIÇA

MARIA LÚCIA PALMA LATORRE
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

CLAUDIA BICE ROMANO
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS

RODE FELIPE BEZERRA
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

JULIANA FELICIDADE ARMEDE
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DA HABITAÇÃO

ELISABETE FRANÇA
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE E TRANSPORTES

MICHELLE PEREA CAVINATO
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS

MARCOS MONTEIRO
TITULAR

SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE

TAMIRES CARLA DE OLIVEIRA
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

ANTONIA SOARES ANDRÉ DE SOUZA
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TRABALHO

ALINE PEREIRA CARDOSO DE SÁ BARABINOT
TITULAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

LILAINE APARECIDA BERTOLUCCI SOBRAL
SUPLENTE

SÃO PAULO URBANISMO

LARISSA GARCIA CAMPAGNER
TITULAR

COMPANHIA METROPOLITANA DE HABITAÇÃO DE SÃO PAULO

JULLY KARYLIN DE CARVALHO SILVA
SUPLENTE

SUBPREFEITURA
MACRORREGIÃO NORTE (1)

DARIO JOSÉ BARRETO
TITULAR

LUIZ FERNANDO SAPUN
SUPLENTE

MACRORREGIÃO NORTE (2)

LUCIANA TORRALES FERREIRA
TITULAR

MACRORREGIÃO OESTE

RENATO ASTORINO
SUPLENTE

MACRORREGIÃO CENTRO

RODOLPHO FURLAN DOMINGUES
SUPLENTE

MACRORREGIÃO LESTE (1)

DANILO ANTÃO FERNANDES
TITULAR

MACRORREGIÃO LESTE (2)

LUCAS SANTOS SORRILLO
TITULAR

MACRORREGIÃO SUL (1)

ADINILSON JOSÉ DE ALMEIDA
TITULAR

MACRORREGIÃO SUL (2)

JOÃO PAULO LO PRETE
TITULAR

SOCIEDADE CIVIL

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO NORTE (2)

FRANCISCO JOÃO MOREIRÃO DE MAGALHÃES
SUPLENTE

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO OESTE

MAURÍCIO RAMOS DE OLIVEIRA
TITULAR

MARIA ANGÉLICA OLIVEIRA
SUPLENTE

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO CENTRO

STELA DE CAMARGO DALT
TITULAR

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO LESTE (1)

ELODIA FÁTIMA FILLIPNI
TITULAR

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO SUL (1)

DURVAL TABACH
TITULAR

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO SUL (2)

WELLYENE GOMES BRAVO
TITULAR

MOVIMENTO DE MORADIA (1)

EDILSON HENRIQUE MINEIRO
Movimento de Moradia Sem Terra – Leste 1
TITULAR

EDILSON HENRIQUE MINEIRO
Movimento de Moradia Sem Terra – Leste 1
TITULAR

MOVIMENTO DE MORADIA (3)

JULIETA APARECIDA TOLENTINO DE ABRAÃO
Associação dos Trabalhadores Sem Teto da Zona Noroeste
TITULAR

ASSOCIAÇÕES DE BAIROS (1)

JOSÉ ANDRÉ DE ARAÚJO
Instituto Inácio Monteiro Ação e Cidadania
TITULAR

MARISETE APARECIDA DE SOUZA
Instituto Inácio Monteiro Ação e Cidadania
SUPLENTE

ASSOCIAÇÕES DE BAIROS (2)

LUCILA FALCÃO PESSOA LACRETA
Sociedade dos Amigos do Planalto Paulista
TITULAR

ASSOCIAÇÕES DE BAIROS (3)

EDENILDA DAS NEVES CARNEIRO SOUZA
Associação Ambiental e Habitacional João de Barro
TITULAR

SETOR EMPRESARIAL (1)

MARCIO JEHA CHÉDE
Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis
Residenciais e Comerciais de São Paulo
TITULAR

JULIANA BRAGA PAVIATO
Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias
SUPLENTE

SETOR EMPRESARIAL (2)

SÉRGIO GARRIDO CINCURÁ
Sindicato da Indústria da Construção Civil de Grandes Estruturas no Estado de São
Paulo
SUPLENTE

SETOR EMPRESARIAL (3)

EDUARDO SAMPAIO NARDELLI
Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva
TITULAR

LUCIANA LINS NASCIMENTO
Associação Regional dos Escritórios de Arquitetura de São Paulo
SUPLENTE

SETOR EMPRESARIAL (4)

BEATRIZ MESSEDER SANCHES JALBUT
Associação Comercial de São Paulo
TITULAR

EDUARDO DELLA MANNA
Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo
SUPLENTE

ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

JULIANA LEMES AVANCI
Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos
SUPLENTE

ENTIDADES PROFISSIONAIS

RENATO LUIZ SOBRAL ANELLI
Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento São Paulo
SUPLENTE

ENTIDADES ACADÊMICAS (1)

VIVIANE MANZIONE RUBIO
Universidade Presbiteriana Mackenzie
TITULAR

ENTIDADES ACADÊMICAS (2)

NABIL GEORGES BONDUKI
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
TITULAR

MOVIMENTOS DE MOBILIDADE URBANA

JOSÉ ANTÔNIO CHINELATO ZAGATO
Associação dos Ciclistas Urbanos de São Paulo
TITULAR

CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE

SANDRA RAMALHOSO
TITULAR

CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

VIOLÊTA SALDANHA KUBRUSLY
SUPLENTE

ORGÃOS ESTADUAIS E INTERMUNICIPAIS

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE DE SÃO PAULO (2)
– (ANTIGA SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE)

MÁRCIA RENATA ITANI
SUPLENTE

SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

LUIZ FERNANDO DE MATTOS CHAVES
TITULAR